



## ISCTE – ESCOLA DE GESTÃO

RUI ALPALHÃO

# A República dos Faquires

➔ A passagem do centésimo aniversário do regí-  
dio de 1 de Fevereiro de 1908, e as cerimónias que  
a assinalaram, trouxeram a questão do regime ao pri-  
meiro plano, um plano no qual habitualmente se não  
encontra. Mais do que a discussão, o leque de reacções  
às sóbrias cerimónias evocativas planeadas foi interes-  
sante, e revelador. Foram tomadas posições vigorosas  
quanto à possibilidade de intervenção naquelas de uma  
banda militar, que acabou por não ocorrer, e um voto  
de pesar proposto na Assembleia da República não me-  
receu aprovação. Se bem entendi, estas posições terão  
decorrido da vontade de proclamar a natureza axiomá-  
tica do regime republicano: não se discute, é como é, e  
há que minar qualquer iniciativa que, deliberadamente  
ou não, seja, ou possa ser, interpretada como sugerindo  
simpatia por um regime diverso do vigente.

Curiosamente ausente da discussão esteve a optima-  
lidade do regime, ou seja, uma análise dos seus custos e  
benefícios, porventura o tema mais interessante. Dirão  
alguns que este não é problema económico, e outros que  
se dispensam as análises “economicistas” (vocábulo cujo  
significado me escapa, não obstante a sua abundante  
utilização) do regime político. Ora, não há, salvo me-  
lhor opinião, problemas económicos, mas sim soluções  
económicas para problemas, como escreveu o inglês Ron-  
ald Coase, Prémio Nobel da Economia em 1991 pe-  
las suas inspiradoras análises da economia do direito e  
da propriedade. Os americanos Gary Becker, Douglass  
North, Robert Fogel e Herbert Simon foram também  
galardeados com o Nobel (da Economia...) pelos seus  
estudos em áreas tão variadas como análises (económi-  
cas) do crime, da discriminação, da família, da evolução  
das instituições e da estrutura psicológica da escolha hu-  
mana.

Assim sendo, não deixa de ser estranha a votação ao  
ostracismo da discussão de uma solução económica para  
o problema da chefia do Estado, que além de tudo ofe-  
rece poucas alternativas ao estudo: por um lado, o mo-  
delo republicano de eleição do chefe de Estado (com  
duas variantes, a eleição directa como acontece actual-  
mente entre nós, ou uma eleição indirecta por parlamen-  
tares eleitos directamente), e por outro o modelo mo-  
nárquico de sucessão dinástica. Para nos concentrarmos  
nos méritos relativos das duas alternativas, admitamos,  
à boa maneira da análise económica, tudo o resto consi-

**Sem discutir quais são os mecanismos  
no processo de eleição do chefe de  
Estado que garantem exactamente a  
escolha de chefes de Estado  
particularmente capazes para as  
funções que lhes vão ser confiadas,  
admitamos que um chefe de Estado  
hereditário poderá ser um homem (ou  
mulher) decente, um diletante  
inofensivo ou um louco perigoso.**

de, ou seja, a eleição directa e democrática de um Par-  
lamento do qual emane um governo investido em fun-  
ções executivas, como sucede actualmente no nosso país.  
Os defensores menos analíticos dos regimes republica-  
nos tendem a afastar liminarmente a discussão da alter-  
nativa monárquica para a chefia do Estado por decor-  
rência do pressuposto de que o acesso a todas as fun-  
ções de Estado deve ser possível a todo e qualquer cida-  
dão. Sendo que, na alternativa monárquica, tal não su-  
cede, dado que ao rei ou rainha sucede o seu filho ou fi-  
lha, e não pode ser filho, ou filha, de rei ou rainha quem  
quer, fica o assunto resolvido, e, por via das dúvidas, fi-  
cam as bandas militares impedidas de tocar em cerimó-  
nias evocativas do centenário da morte de um chefe de  
Estado da variante rei.

Uma perspectiva económica do assunto é ligeiramen-  
te diferente, e deve basear-se na interrogação séria sobre  
os benefícios do pressuposto em causa. Ao abrir a pos-  
sibilidade de chefiar o Estado a todo e qualquer um, pre-  
terimos uma solução de monopólio (da dinastia reinan-  
te) em favor de uma solução teoricamente de concor-  
rência, entre todos os cidadãos. Sem discutir a concreti-  
zação prática desta teórica possibilidade de todo e qual-  
quer cidadão ascender à chefia do Estado, discutamos  
os seus efeitos: o chefe de Estado eleito exerce a chefia  
do Estado temporariamente, enquanto que o chefe de  
Estado hereditário o faz vitaliciamente, e é sucedido por  
um seu descendente. Deste facto decorrem incentivos  
diversos: o chefe de Estado hereditário tende a preocu-  
par-se mais do que o chefe de Estado eleito com os efei-  
tos a longo prazo das suas decisões. Da mesma forma,  
o proprietário de um activo tende a cuidar melhor dele  
do que um zelador contratado temporariamente. Dir-  
se-á que esta orientação para o longo prazo não é com-  
pensada pela possibilidade de o chefe de Estado heredi-  
tário ser, por força genética, menos capaz para o exer-  
cício das funções do que um chefe de Estado eleito. Sem  
discutir quais são os mecanismos no processo de elei-  
ção do chefe de Estado que garantem exactamente a es-  
colha de chefes de Estado particularmente capazes para  
as funções que lhes vão ser confiadas, admitamos que  
um chefe de Estado hereditário poderá ser um homem  
(ou mulher) decente, um diletante inofensivo ou um lou-  
co perigoso. Os loucos perigosos tendem a ser afasta-  
dos pela própria dinastia que os gera pelos efeitos ne-  
fastos que causam aos interesses desta, e, se o não fo-  
rem, podem, e devem, sê-lo pelos mecanismos de *im-  
peachment* habituais até nos regimes republicanos. As  
duas outras possibilidades não são, salvo melhor opi-  
nião, perigosas, e sugerem apenas a definição constitu-  
cional apropriada das funções do chefe de Estado, mui-  
to provavelmente com um grau de abrangência bem in-  
ferior ao consagrado na actual Constituição da Repú-  
blica Portuguesa.

Segundo consta, os faquires repousam confortavel-  
mente em camas de pregos. Daí não vem mal, nem aos  
faquires nem ao mundo. Pior será uma hipotética Re-  
pública dos Faquires, em que a possibilidade de discu-  
tir materiais alternativos para as camas de cada um seja  
vedada.